

Discurso de posse na Presidência do TRT6, em 03 de fevereiro de 2017, na Arcádia Apipucos, no Recife, proferido pelo desembargador Ivan de Souza Valença Alves

“Eu o instruirei e o ensinarei no caminho que você deve seguir; eu o aconselharei e cuidarei de você.”
Salmo 32:8.

No dia 26 de janeiro de 1961, aquele a quem eu considero o meu melhor amigo protocolizava, junto ao Tribunal da Sexta Região, pedido de licença por motivo de nascimento do seu segundo filho, chamado Ivan de Souza Valença Alves.

A linha do tempo do sexto regional praticamente se confunde com a minha trajetória de vida. O meu DNA se encontra impresso nas paredes do Tribunal.

Por essa razão, antes de planejar sobre o futuro, é com imensa gratidão que ofereço minhas homenagens a papai, Clóvis Valença Alves, que presidiu o Tribunal no período de 1985 a 1987. Com ele aprendi o significado de Justiça muito antes de receber, na casa de Tobias, as primeiras lições sobre direito. Mantenho comigo seu exemplo de retidão e caráter.

Passados 30 anos, um Valença Alves volta à presidência desta nobre Corte.

Desde minha posse, aos 13 de janeiro de 1987, até minha promoção para desembargador em 2002, atuei

nas juntas de conciliação e julgamento de Penedo - AL, Barreiros, Petrolina, Escada, Cabo de Santo Agostinho e na capital pernambucana.

E, se na condição de magistrado de primeiro grau, não me foi concedida oportunidade de conhecer um número considerado grande de juízos, nesses últimos dois anos, na função de Corregedor Regional, tive o privilégio de visitar todas as unidades judiciárias da Sexta Região, e não apenas conhecendo-as, mas reconhecendo as maravilhas e agruras de cada uma delas.

“... mas uma coisa faço: esquecendo-me das coisas que para trás ficam e avançando para as que diante de mim estão, prossigo para o alvo...” (Filipenses 3:13-14).

A Justiça do Trabalho atualmente vive um momento crítico porque, em que pese o aumento das demandas, decorrente da grave crise econômica enfrentada pelo país, o que se percebe são diversas tentativas visando enfraquecê-la. O conhecido corte orçamentário em 2016 com a conseqüente redução de custos, quase sentenciou à morte o Judiciário Trabalhista. Mas a atuação do CSJT, do Colepccor (Colégio de Presidentes e Corregedores da Justiça do Trabalho), de associações de classe como A Anamatra e Amatras, a união de magistrados e servidores não permitiram o cumprimento dessa sentença.

E a quem interessa uma Justiça do Trabalho fragilizada, na qual o hipossuficiente tem seus direitos mínimos civilizatórios desprotegidos ou negociável sem

a devida proteção estatal? Na verdade, os ataques à Justiça do Trabalho são um atalho para o aumento da exclusão, onde os únicos prejudicados serão os próprios trabalhadores.

Mister, assim, uma união de todos que fazem a JT – magistrados, servidores, advogados, centrais sindicais e associativas, Ministério Público do Trabalho e demais militantes dessa justiça – em sua defesa. É preciso que a Justiça Laboral continue forte, assegurando à sociedade a natureza protetiva e social do Direito do Trabalho. Nenhum retrocesso pode ser permitido.

De outra parte, o TRT da Sexta Região é movido por desafios. Apesar de todo o quadro de grande dificuldade e até mesmo em razão dos acontecimentos de 2015, quando o prédio onde funcionavam as Varas Trabalhistas da capital (23 VTs) foi interditado, provocando a interrupção de suas atividades por quase dois meses, o TRT da 6ª Região vem sendo destaque no cenário nacional. O Conselho Nacional de Justiça (CNJ), ao divulgar o Relatório Justiça em Números de 2016, registrou que o Tribunal Regional do Trabalho da 6ª Região (TRT-PE) alcançou o mais alto percentual de produtividade comparada, ou seja, 100%, considerando os Tribunais de médio porte. O índice de conciliação alcançou 27%, quando a média nacional foi de 25%.

Para se ter uma ideia, as Varas do Trabalho de Pernambuco receberam 107.816 casos novos, na fase de conhecimento, no ano de 2016 e realizaram 186.878 audiências. O Tribunal em 2016 realizou 406 sessões. Recebeu 23.869 processos (ações originárias e

recursos) e julgou 27.699 processos. Muitas metas estabelecidas pelo Conselho Nacional de Justiça foram alcançadas e até superadas, notadamente no controle dos prazos e regular cumprimento das normas procedimentais. Tanto foi assim, que este Regional, pelo segundo ano seguido, recebeu o “selo diamante”, que é a mais alta distinção concedida pelo CNJ aos tribunais que se destacaram pelo desempenho no ano de 2016.

Todos esses números expressam o comprometimento do Sexto Regional com os jurisdicionados, advogados e toda a sociedade pernambucana.

Entendo, todavia, que, à Administração, não bastará apenas perseguir com pronunciado empenho, a eficiência – consubstanciada no alcance das metas que nos forem impostas, bem assim na otimização de custos –, e a eficácia – personificada na busca da entrega da prestação jurisdicional célere –, sem uma sólida relação de trabalho com aquelas organizações que atuam vinculadas ao nosso objeto institucional.

Neste quesito, primeiramente desejo salientar que, visando à incessante busca pela excelência na capacitação de nossos magistrados e servidores, aponto como significativa a continuidade da, sempre crescente, parceria com a Escola Judicial do TRT da Sexta Região (EJ 6) –, órgão este voltado ao ensino, seleção, formação inicial e aperfeiçoamento de magistrados e servidores e que terá como diretora a competente desembargadora Nise Pedroso Lins de Souza e o desembargador Paulo Alcântara.

Também desejo contar com a valorosa contribuição da Ouvidoria do Tribunal que será dirigida pelas desembargadoras Maria das Graças de Arruda França e Eneida Melo Correia de Araújo.

Ressalto, ainda, a necessidade de estreito e qualificado relacionamento com meus pares (desembargadores e desembargadoras), Amatra VI (Associação dos magistrados da Justiça do Trabalho), Ordem dos Advogados do Brasil e Associação dos Servidores, porque nenhuma discussão ou iniciativa que vise ao aprimoramento da logística processual pode prescindir da participação dos magistrados advogados e servidores.

Inócuo seria pretender estar à frente da administração desta Casa, com sua peculiar envergadura e a complexidade de seus desafios no tempo presente, e na medida mais próxima da expectativa da nossa sociedade, sem a parceria e a efetiva colaboração desses atores, que, em gradações diversas, se inter-relacionam e se complementam. Estou convicto, pois, de que todos seremos mais fortes à medida que nossas diferenças tiverem peso desprezível, e que toda nossa energia for empregada em favor daqueles objetivos identificados como sendo de proveito recíproco.

Assumo a Presidência do Tribunal Regional do Trabalho da Sexta Região consciente da responsabilidade e desafios que o cargo me impõe, para, em primeiro lugar dar continuidade ao excelente

trabalho realizado pela desembargadora Gisane Barbosa de Araújo, que, com sabedoria, espírito público, paciência e perseverança, conseguiu vencer todos os desafios que surgiram durante sua gestão. O legado deixado pela desembargadora Gisane é incomensurável; em segundo lugar, procurar avançar no cumprimento de nossa missão que é “solucionar os conflitos decorrentes das relações de trabalho, de forma efetiva, ética, transparente, promovendo ações que visem ao fortalecimento da cidadania e da paz social.”

Norteando-me pelas ações definidas pelo Conselho Nacional de Justiça, Conselho Superior da Justiça do Trabalho e metas definidas no Plano Estratégico 2015/2020 do Tribunal, pretendo trabalhar em busca de maior celeridade no julgamento dos processos, com transparência em todas as ações de maneira a promover maior eficiência na prestação jurisdicional mantendo a credibilidade que esta instituição adquiriu ao longo de sua história. Almejo realizar uma gestão democrática, ética e participativa, provendo magistrados e servidores com as ferramentas que lhes permitam um atendimento com presteza e agilidade propiciando, dessa maneira, uma maior aproximação com a sociedade. Tentarei diminuir o prazo de tramitação dos processos nas Varas da Região, agilizar a transformação dos processos físicos em eletrônicos (atualmente, mais de 8.000 (oito mil) processos já foram digitalizados), estender a utilização do alvará eletrônico para todas as Varas do Estado, iniciar a construção dos Fórum de Goiana e a reforma do Fórum de Igarassu, investir na segurança de juízes e servidores, procurando dotar as Varas do Trabalho dos equipamentos

necessários (aprimoramento da instituição), dar continuidade ao programa de estímulo à conciliação como forma alternativa de solução de conflitos, proporcionando celeridade na conclusão dos processos e apaziguamento entre as partes envolvidas. (37.303 processos conciliados até outubro/2016).

Os desafios são enormes, mas buscarei inspiração em Deus para vencê-los.

“Porque Deus não nos deu o espírito de temor, mas de fortaleza, e de amor, e de moderação.” (2 Timóteo 1-7).

Gostaria de agradecer a todos que contribuíram para a realização dessa solenidade notadamente a ASTRA 6 e a AAPJUSTRA.

Agradecer a Dr. Jairo Cavalcanti de Aquino, advogado trabalhista que me deu a oportunidade de frequentar seu escritório, ainda quando eu era estudante de direito e me estimulou a trilhar a magistratura trabalhista. Obrigado Dr, Jairo.

Por fim, agradeço a meus pais, Clóvis Valença Alves e Aliete de Souza Leão Valença Alves, pelos ensinamentos que transmitiram ao longo de minha vida, a minha querida e amada esposa, Denise Dantas, e desde já lhe pedindo compreensão pelas lutas que virão, a meus filhos queridos Ivan, Ricardo, Matheus, Daniel e Mariana. Vocês são o meu tesouro.

Que “o Senhor te abençoe e te guarde; O Senhor faça resplandecer o seu rosto sobre ti, e tenha misericórdia de ti; O Senhor sobre ti levante o seu rosto e te dê a paz. [Números 6:24-26](#).

Muito obrigado.